

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
6º Período Manhã
Análise de Custos
Auditoria
Contabilidade e Orçamento Empresarial
Contabilidade Governamental
Ética Profissional
Sistemas Contábeis II

Danielle Oliveira Lima
Mariana Cristina Teixeira Santos
Nicolle Marques Araújo
Valeriana Do Socorro Santos

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO
PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**Belo Horizonte
Maio 2012**

Danielle Oliveira Lima
Mariana Cristina Teixeira Santos
Nicolle Marques Araújo
Valeriana Do Socorro Santos

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO
PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Resumo de assunto apresentado às disciplinas: Análise de Custos, Auditoria, Contabilidade e Orçamento Empresarial, Contabilidade Governamental, Ética e Sistemas Contábeis II, do 6º Período do Curso de Ciências Contábeis Manhã do Instituto de Ciências de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: José Ronaldo da Silva
Amilson Carlos Zanetti
Giovanni José Caixeta
Vanderlei Lopes Barbosa
Fátima Maria Penido Drumond
Alex Magno Diamante

Belo Horizonte
Maio 2012

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 ESTUDO DE CASO: COMO IDENTIFICAR OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, A ATUAÇÃO DO CONTADOR E A INFLUÊNCIA DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO NA COMPANHIA VALE S.A.....	05
2.1 Gestão de custos.....	05
2.2 O processo de auditoria interna e externa.....	07
2.3 A gestão governamental e socioambiental.....	10
2.4 A contribuição das diversas áreas do conhecimento na elaboração e gestão do controle orçamentário.....	16
2.5 Declarações e demonstrações contábeis obrigatórias.....	19
2.5.1 <i>Balanço Patrimonial - BP</i>	20
2.5.1.1 <u>Procedimentos para elaboração do balanço</u>	20
2.5.2 <i>Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA</i>	21
2.5.2.1 <u>Composição</u>	22
2.5.2. <i>Lucros ou Prejuízos do Exercício</i>	22
2.5.3 <i>Demonstração do Resultado do Exercício - DRE</i>	22
2.5.4 <i>Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC</i>	23
2.5.5 <i>Demonstração do Valor Adicionado - DVA</i>	24
2.6 Obrigação das entidades perante o fisco federal.....	24
2.6.1 <i>Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ</i>	24
2.6.1.1 <u>Lucro Real, Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado</u>	25
2.6.1.2 <u>Simples Nacional</u>	25
2.6.2 <i>Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF</i>	25
2.6.3 <i>Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais - DACON</i>	26
2.6.4 <i>Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF</i>	26
2.6.5 <i>Carne Leão</i>	26
2.7 Observância do Código de Ética.....	26
2.7.1 <i>Regras de conduta ética da Vale</i>	28
3 CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	32
ANEXO A	34

CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

RESUMO

A Vale é líder mundial na produção de minério de ferro e pelotas e a segunda maior produtora de níquel. É sediada no Brasil e atuante em 38 países, sendo referência global em sustentabilidade e lucratividade.

A companhia realiza investimentos para a sua produção, o que reduz os custos dos produtos e serviços, propiciando o incentivo a implantação de novas siderurgias no Brasil, e parcerias com o governo nacional, promovendo assim a melhoria da economia do país.

Nas demonstrações financeiras obrigatórias são observadas as práticas contábeis e as atividades empresariais estão em conformidade com a legislação vigente, de acordo com o parecer dos auditores independentes.

E para tanto, a Vale busca a melhoria contínua de suas atividades através de um controle interno eficiente, transparência nas informações, assumindo uma postura profissional ética e respeito e aplicando a legislação contábil específica.

E os resultados obtidos são positivos, o que significa crescimento e rentabilidade financeira da companhia.

PALAVRAS-CHAVE

Vale. Áreas do conhecimento. Gestão de custos. Auditoria. Ética profissional. Gestão governamental. Demonstrações Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo científico tem por objetivo analisar a contribuição das diversas áreas do conhecimento na profissão contábil e, identificar os procedimentos de auditoria, gestão de custos, gestão governamental, obrigações contábeis e a postura ética da Vale. Bem como obter, diante das informações, assecuração razoável para afirmar se as políticas empresariais adotadas pela sociedade estão integradas com o objetivo proposto.

Para alcançar este objetivo foram necessárias análises dos demonstrativos contábeis de anos anteriores da sociedade, relatórios da administração sobre os procedimentos de auditoria interna e externa, priorizando informações sobre a eficácia do controle interno; avaliação da relação custo versus benefício dos produtos e critérios de custeio; um estudo da legislação vigente sobre a obrigatoriedade da Vale perante o fisco e a gestão governamental e conhecimento do Código de Conduta Ética da Vale.

2 ESTUDO DE CASO: COMO IDENTIFICAR OS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS, A ATUAÇÃO DO CONTADOR E A INFLUÊNCIA DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO NA COMPANHIA VALE S.A.

Conhecida antes como, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a empresa de hoje, VALE, foi criada através de decreto-lei pelo Presidente Getúlio Vargas em 1942, detendo o controle acionário o governo federal.

Visando o desenvolvimento econômico e a industrialização do país o governo, em 1997, transforma a Vale em uma companhia privada de capital aberto, tornando-se esta uma sociedade global, diversificando e inovando seu portfólio de produtos.

A Companhia foi criada exclusivamente para a exploração de riquezas no território brasileiro: o minério de ferro como extração principal. Hoje, conta com a produção de outros como: níquel, manganês, cobre, carvão, ferroligas e fertilizantes.

A Vale destaca-se por sua posição no mercado interno e externo brasileiro. É considerada como a maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo e, também, como a maior produtora de minério de ferro.

2.1 Gestão de custos

Um dos instrumentos que auxilia as organizações na tomada de decisões é a contabilidade e análise de custos, objetivando suprir a gestão empresarial no que tange a um controle interno capaz de ilustrar a competência operacional no desenvolvimento da atividade fabril e de prestação de serviços dessas organizações.

Segundo Derbeck e Nagy (2001, p. 13), “a contabilidade de custos fornece os dados detalhados sobre custos que a gestão precisa para controlar as operações atuais e planejar para o futuro. Fornece ainda as informações que permitem à gerência alocar recursos para as áreas mais eficientes e rentáveis da operação”.

A Vale adota procedimentos na gestão de custos através de coleta e processamento de dados que culmina com a produção e distribuição de informações na forma de relatórios contábeis. Esses relatórios devem garantir o fluxo contínuo de informações, permitindo a avaliação da situação atual e a comparação com o planejamento para identificar e controlar os desvios assim como suas causas.

Nessa situação a auditoria nas demonstrações contábeis torna-se fundamental para a asseguuração razoável das informações econômicas e financeiras, na apuração dos métodos de custeio e critérios de registros, a aplicação das práticas e normas contábeis, bem como, na posição da Vale perante o mercado. A empresa responsável pela auditoria nas demonstrações contábeis na Vale em 2011 foi a **PricewaterhouseCoopers**.

Segundo o parecer do auditor, na avaliação dos riscos, os controles internos relevantes para a adequada elaboração das demonstrações contábeis estão apropriados para o planejamento de auditoria e, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Os estoques da Vale são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e o valor de realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação. Os estoques de minério são reconhecidos a partir do momento em que há extração física do minério.

No controle das operações, a mesma estabelece padrões e orçamentos, comparações entre o custo real e o custo orçado. Na tomada de Gestão de custos: apresentação de um modelo quantitativo sobre custos indiretos de produção decisões, a contabilidade de custos auxilia na formação de preços, quantidade a ser produzida, os produtos que serão fabricados ou cortados e a escolha entre fabricar ou comprar insumos.

Segundo Cherman (2002, p. 50), “apropriar custo significa o modo em que os custos serão atribuídos aos produtos”. A tabela abaixo discrimina a composição dos custos dos produtos vendidos no período de 2010 e 2011 na Vale:

Tabela 1: Composição do CPV

<i>US\$ milhões</i>	4T10	3T11	4T11	2010	%	2011	%
Serviços contratados	847	1.202	1.044	2.740	14,6	4.244	18,0
Transportes	223	368	293	816	4,3	1.240	5,3
Manutenção	242	203	214	714	3,8	790	3,4
Serviços operacionais	256	295	194	715	3,8	877	3,7
Outros	126	336	343	495	2,6	1.337	5,7
Material	826	1.025	887	2.862	15,2	3.758	15,9
Peças sobressalentes e equipamentos de manutenção	332	374	299	1.256	6,7	1.396	5,9
Insumos	273	456	421	931	4,9	1.611	6,8
Pneus e correias transportadoras	38	57	49	174	0,9	206	0,9
Outros	182	138	118	500	2,7	545	2,3
Energia	861	811	756	3.092	16,4	3.149	13,4
Óleo combustível e gases	484	578	536	1.880	10,0	2.181	9,3
Energia elétrica	377	233	220	1.212	6,4	967	4,1
Aquisição de produtos	631	608	563	1.669	8,9	2.274	9,6
Minério de ferro e pelotas	399	331	425	963	5,1	1.411	6,0
Produtos de alumínio	76	-	-	285	1,5	18	0,1
Produtos de níquel	135	194	90	358	1,9	606	2,6
Outros produtos	21	83	48	63	0,3	239	1,0
Pessoal	692	819	891	2.081	11,1	3.138	13,3
Depreciação e exaustão	922	923	1.057	2.803	14,9	3.735	15,8
Serviços compartilhados	69	105	97	265	1,4	399	1,7
Outros	1.193	759	731	3.304	17,6	2.877	12,2
Total	6.040	6.252	6.025	18.814	100,0	23.573	100,0

Fonte: Vale S.A.2012

Os custos acima descritos são os envolvidos na apuração dos resultados em 2011 e, na avaliação dos estoques.

2.2 O Processo de auditoria externa e interna

A auditoria independente visa no exame das atividades desempenhadas por profissionais da organização, por um especialista em contabilidade, contratado sem vínculo empregatício, intitulado auditor independente. O objetivo da auditoria é expressar uma opinião sobre a propriedade das demonstrações financeiras e assegurar que elas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade.

A atuação da auditoria contábil se dá de forma a examinar e avaliar os critérios adotados pela contabilidade (se em conformidade com as normas legais ou não). Para isso, os auditores se valem das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis – Técnicas de Auditoria (NBC TA) e de procedimentos que são adotados na execução de seu trabalho, como exame/avaliação, elaboração de relatório, etc.

Em resumo, dentre os procedimentos adotados pelos auditores para execução de seu trabalho é possível citar: planejamento e supervisão de seu trabalho, obtenção de evidência suficiente, competente e relevante para embasamento de seu parecer, atenção para possíveis circunstâncias de fraudes, abusos e atos ilegais, etc. O relatório de auditoria deve ser escrito e revisado, elaborado de forma que seja objetivo, deve apresentar dados fidedignos e, principalmente, de forma que contenham sugestões de melhorias, em vez de críticas.

Além de examinar e avaliar as demonstrações contábeis os auditores devem ter proficiência para se desincumbirem das tarefas a ele confiadas, exercer zelo profissional, preparar o relatório e comunicar qualquer limitação imposta ao escopo do exame.

Para elaboração do parecer, o auditor deve ser imparcial, ou seja, não pode se deixar levar por aparências, interesses pessoais ou financeiros, relacionamentos comerciais, com pessoais ou familiares ligados à entidade auditada, sob pena de perda da característica de independência da auditoria.

Algumas entidades, por exigência legal, são obrigadas a serem auditadas. É o caso, por exemplo, das S.A. de Capital aberto (exigência da Comissão de Valores Mobiliários), financeiras, bancos comerciais e de investimento, (exigência do Banco Central), Cias e sociedades seguradoras (exigência da Superintendência de Seguros e Previdência). Demais entidades que não sofrem imposição legal também podem ser auditadas. Isso garante, inclusive, maior confiabilidade à entidade por parte de seus colaboradores, fornecedores, sócios/acionistas, enfim, aos interessados.

Segundo Sergio Jund (2002, p. 31) atualmente a auditoria é meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles e fator de maior tranquilidade para a administração e de maior garantia para investidores, bem como para o próprio fisco, que em na auditoria o colaborador eficiente e insuspeito, que contribui indiretamente para melhor aplicação das leis fiscais.

A auditoria oferece, dentre outras vantagens, fiscalização e eficiência dos controles internos da entidade, asseguarção de maior correção dos registros contábeis, dificulta desvios de bens e pagamentos indevidos e também aponta falhas na organização administrativa e nos controles internos da empresa.

A Vale adora procedimentos de auditoria interna e externa. Como supracitado anteriormente, para a auditoria externa a sociedade demonstra confiabilidade no parecer dos auditores da **PricewaterhouseCoopers** e, na auditoria interna, leva em consideração o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e

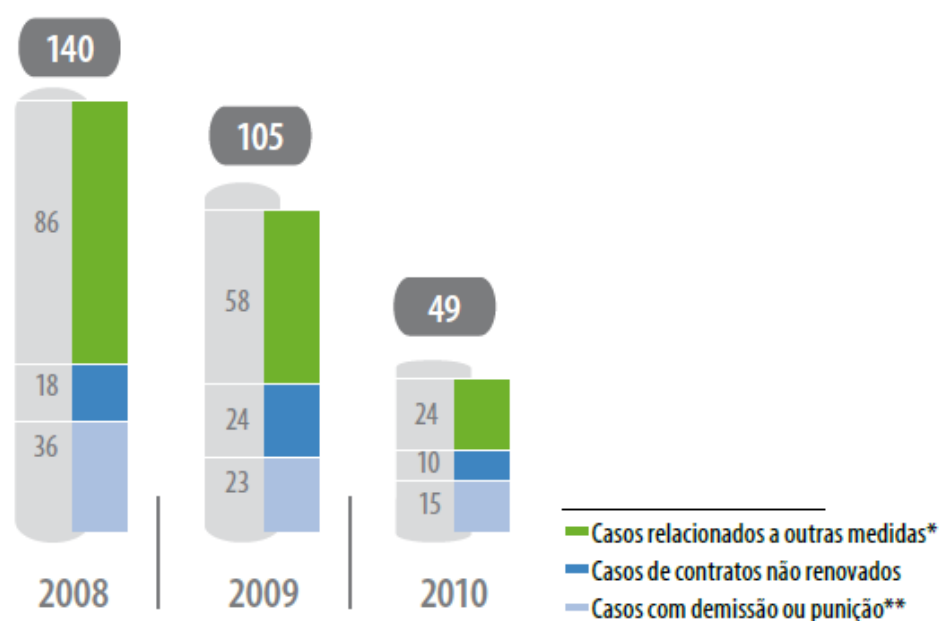
eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais.

E, também, segue as melhores práticas de mercado, prevenindo perdas e apurando casos que indiquem a incidência de fraudes, desvios e atos ilícitos. Os casos identificados e devidamente fundamentados com fatos e dados são tratados com rigor e proporcionalidade aos danos incorridos ou evitados.

A exemplo, se pessoas comprovadamente envolvidas em tais situações são responsabilizadas e punidas por meio do desligamento e interpelação judicial. As empresas com envolvimento e participação comprovada em atos ilícitos têm seus contratos rescindidos, são excluídas do cadastro Vale e multadas proporcionalmente.

Figura 1: Casos identificados de corrupção na Vale

Casos de Corrupção



* Como outras medidas adotadas, foram realizadas apresentações dos casos aos administradores da empresa e aos responsáveis pelas áreas atingidas, desdobrando-se em 157 ações de mitigação dos riscos de fraude, notificações, glosas e multas aplicadas com o apoio do Departamento Jurídico.

** Nos casos de corrupção, o número de empregados demitidos/punidos foi: em 2008, 70; em 2009; 83; e em 2010; 23. Em 2010, as principais causas de demissão em casos de corrupção foram de desvio de insumos, equipamentos, e recursos financeiros: 27%, conflito de interesse e tráfico de influência: 27%, fraude e má gestão em contratos: 23%.

Fonte: Vale S.A. 2012

2.3 A gestão governamental e socioambiental

A Contabilidade Pública é definida como o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações. A Contabilidade Pública possibilita a interpretação das informações no tocante à situação orçamentária, financeira e patrimonial dos governos e, também, sua evolução.

Segundo Helio Kohama (2008, p. 25) “a contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, (...)”.

Diferentemente da contabilidade societária, que se relaciona com a atividade privada e é regida pela Lei das S.A. (lei 6.404/66), a contabilidade pública se rege pela Lei 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da federação, quais sejam, União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Dentre as principais diferenças entre a contabilidade pública e a privada, destaca-se:

Tabela 2: Diferenças entre a contabilidade pública e privada

(CONTINUA)

Aspectos	Contabilidade	
	Pública	Privada
Legislação	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76
Princípios	Princípios Fundamentais de Contabilidade e Princípios Orçamentários	Princípios Fundamentais de Contabilidade
Registro	Atos e fatos administrativos	Fatos Administrativos
Regime de escrituração contábil	Misto (de caixa para receitas; de competência para as despesas)	Regime de competência para receitas e despesas
Resultado	Superávit ou déficit	Lucro ou prejuízo

Aspectos	Contabilidade	
	Pública	Privada
Demonstrações financeiras	Balço Orçamentário, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Balço Patrimonial	BP, DRE, DOAR, DFC e DMPL

Fonte: Kohama, Contabilidade Pública (2008)

Com o advento das IPSAS (International Public Sector Accounting Standards) ou Normas Internacionais de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público, obrigatórias para os Estados e União a partir deste ano, e para os Municípios a partir de 2013, serão necessárias mudanças para aderir às novas normas.

Segundo BRAGA (2012) essas mudanças podem trazer vantagens competitivas em relação a diversos aspectos, como exemplo, na demonstração do superávit/déficit no exercício.

De acordo com a Lei 4.320/76 esse resultado é obtido por meio da comparação entre a disponibilidade com o comprometimento financeiro e orçamentário. De acordo com as novas normas o objetivo passa a ser a demonstração da real situação patrimonial do órgão sem associação com a execução do orçamento. Dessa forma, os serviços contratados e não executados (o que é muito comum no ramo público - disse) obedecem ao princípio da Competência e não são contabilizados em contas patrimoniais, mas sim, em contas de compensação mesmo antes que o serviço contratado seja executado.

A Vale é uma mineradora pioneira que transforma recursos naturais em ingredientes essenciais para a vida diária das pessoas. Um dos compromissos estratégicos fixados pela administração é a responsabilidade socioambiental. Para tanto, em 2011, a Vale custeou US\$ 457,2 milhões em projetos sociais, e, mais investimentos em 2012 estão orçados no planejamento da sociedade em US\$ 1,648 bilhão.

A Vale demonstra seu compromisso com a responsabilidade social em todo o mundo de muitas maneiras:

- Criação de empregos e crescimento econômico: compromisso em treinar e empregar forças de trabalho locais;
- Programas educacionais e culturais;
- Atividades de investimento social.

A Fundação Vale é a instituição social da Vale. A Fundação atua nas comunidades onde estão as operações da empresa com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento integrado econômico, ambiental e social de territórios, fortalecendo o capital social das comunidades e respeitando a identidade cultural local.

A Fundação Vale tem três pilares de atuação: infraestrutura, gestão pública e desenvolvimento humano e econômico. Especificamente, junto ao poder público é atuante para o fortalecimento da gestão governamental, desenvolvendo ações estruturantes que visam melhorar a eficiência e a eficácia dos processos das administrações públicas. Dessa forma, os municípios podem reduzir os seus gastos, captar recursos e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

A Fundação apoia os municípios nos temas ligados ao planejamento e controle urbano, regularização fundiária, gestão administrativo-financeira, infraestrutura física e social, ordenação e limpeza urbana, segurança pública, saúde, educação e fortalecimento dos conselhos municipais.

Principais programas da Fundação Vale em gestão pública:

Figura 2: Programas da Fundação Vale

Programas	Objetivo	Resultados
Ação Educação	Colaborar com as prefeituras no planejamento de suas políticas de educação	Até 2010, foram atendidos 1.500 profissionais de educação em 38 cidades do Maranhão, Pará e Sergipe, o que beneficiou indiretamente 150 mil alunos
Vale Alfabetizar	Contribuir para a estruturação da Educação de Jovens e Adultos, capacitando o alfabetizador e promovendo o fluxo constante de novos alunos às salas de aula	Em 2010, foram implantadas 330 turmas em 23 municípios em Minas Gerais, Maranhão, Pará e Espírito Santo, consolidando o atendimento a 8.166 alunos
Escola que Vale	Atuar na formação de educadores com o objetivo de melhorar a qualidade de aprendizagem de alunos da rede pública de ensino na educação infantil e fundamental	Participaram do programa, em 2010, 1.049 educadores em 26 municípios do Maranhão, Pará, Minas Gerais e Espírito Santo
Novas Alianças	Contribuir para a estruturação dos Conselhos da Criança e do Adolescente nos municípios onde a empresa está presente, ajudando a fomentar a democracia participativa	Encontros de formação, seminários e oficinas em dois municípios maranhenses e cinco mineiros em 2010

Fonte: VALE S.A. 2012

Por ser uma mineradora, e esta ser uma atividade que requer cuidados especiais e medidas de combate e preservação do meio ambiente, em 2011, de acordo com informações obtidas nos relatórios contábeis, os custos da Vale somaram US\$ 1,03 bilhão com Meio Ambiente.

Alguns méritos reconhecidos da companhia:

- Primeira mineradora do mundo a ter a relação de áreas impactadas versus áreas em recuperação 100% equilibradas;
- Mineradora melhor avaliada no quesito emissões de carbono por receita gerada entre as 500 maiores empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova York
- A Vale protege (áreas próprias) ou ajuda a proteger (área de terceiros) aproximadamente 10.602 km² de áreas naturais, incluindo sítios de propriedade da empresa (4%), áreas arrendadas (3%) e unidades de conservação oficiais protegidas em parceria com os governos locais (93%). As áreas protegidas pela Vale abrangem territórios nos biomas Floresta Amazônica, Florestas Boreais, Mata Atlântica e *Wallacea*, bem como em áreas na Nova Caledônia e propriedades localizadas na região de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado.

O quadro abaixo apresenta o resultado da metas definidas em 2010 e o planejamento em 2011, nas operações da Vale do Brasil, por unidade de negócio:

Figura 3: Metas definidas para redução de consumo e consequentemente dos custos

Unidade de Negócio	Métrica (consumo específico)	Meta 2010 (Média da redução/ aumento proposto pelas unidades)	Resultado Médio 2010	Meta 2011 (Média da redução/ aumento proposto pelas unidades)
EN3 - Objetivo: Reduzir o consumo específico de combustível¹				
Minério de Ferro e Pelotas	litros / tonelada movimentada	1,5%	● Meta parcialmente alcançada. Duas das operações de minério de ferro alcançaram a meta. As operações representam 46% do indicador	Proposta de redução média de 1,8%
Potássio	litros / tonelada produzida	2,0%	✗ Meta não alcançada	Proposta de redução média de 1,7%
Cobre	litros / tonelada movimentada	8,2%	✗ Meta não alcançada	Proposta de redução média de 1,8%
EN4 - Objetivo: Reduzir o consumo específico de energia elétrica¹				
Minério de Ferro e Pelotas ²	MWh / tonelada produzida	0,9%	✔ Meta alcançada	Proposta de redução de 3,5% para duas das operações de minério de ferro. As operações representam 29% do indicador
Manganês	MWh / tonelada produzida	Manter	✗ Meta não alcançada	Proposta de redução média de 5,3%
Potássio ³	MWh / tonelada minério desmontado	1,7%	✔ Meta alcançada	Redução proposta de 1,9% em relação ao consumo de energia elétrica de 2009
Cobre	MWh / tonelada produzida	Manter	✗ Meta não alcançada	Proposta de redução média de 5%
EN8 - Objetivo: Reduzir o consumo específico de água				
Minério de Ferro e Pelotas	m ³ / tonelada produzida	1,3%	✔ Meta alcançada	Proposta de redução de 4,8% para uma das operações de minério de ferro, que representa 3% do indicador
Logística	m ³ / MTKB (ferrovia) ⁴ m ³ / tonelada movimentada (portos e navegação)	6,8%	✔ Meta alcançada	Proposta de redução de 7,5% para três das operações de logística, que representam 60% do indicador
Manganês	m ³ / tonelada produzida	3,3%	✔ Meta alcançada	*
Cobre	m ³ / tonelada produzida	1,0%	✔ Meta alcançada	Redução proposta de 2% em relação ao consumo específico de 2009

Fonte: Vale S.A 2012

Figura 4: Metas definidas para redução de consumo e consequentemente dos custos

Unidade de Negócio	Métrica (consumo específico)	Meta 2010 (Média da redução/ aumento proposto pelas unidades)	Resultado Médio 2010	Meta 2011 (Média da redução/ aumento proposto pelas unidades)
EN10 – Objetivo: Aumentar o percentual de reúso/recirculação de água				
Minério de Ferro e Pelotas	%	2,2%	✓ Meta alcançada	Proposta de redução de 5,3% para duas das operações de minério de ferro, que representam 13% do indicador
Manganês	%	3,0%	✓ Meta alcançada	Proposta de redução de 3,6% para uma das duas operações de manganês, que representa 98% do indicador
Cobre	%	27,4%	✓ Meta alcançada	*
EN22 – Objetivo 2010: Reduzir a geração específica de resíduos perigosos oleosos. Objetivo 2011: Reduzir a geração de resíduos perigosos totais.				
Minério de Ferro e Pelotas	t/Mt movimentada	3,6%	● Meta parcialmente alcançada. Uma das operações de minério de ferro alcançou a meta. A operação representa 27% do indicador	Proposta de redução de 7,9% de resíduos perigosos totais para três das operações de minério de ferro que representam 43% do indicador
Logística	m³ / MTKB (ferrovia) ^a m³ / tonelada movimentada (portos e navegação)	15,6%	✓ Meta alcançada	Proposta de redução de resíduos perigosos totais de 13% para três das operações de logística, que representam 93% do indicador
Manganês	t/Mt movimentada	3,0%	✓ Meta alcançada	*
Cobre	t/Mt movimentada	1,0%	✓ Meta alcançada	Proposta de redução média de resíduos perigosos totais de 5,9%
EN22 – Objetivo: Aumentar a reciclagem, compostagem e re-refino de resíduos				
Todas as unidades de negócio do Brasil	% de resíduos destinados para reúso/re-refino, reprocessamento/reciclagem e compostagem	Não teve meta em 2010	Não teve meta em 2010	Proposta de aumento médio de 5,5% das categorias citadas
LA10 – Objetivo: Aumentar as horas dedicadas a treinamento				
Todas as unidades de negócio do Brasil	2010: % de supervisores formados 2011: % de horas treinadas com relação às horas trabalhadas	Formação de 50% dos supervisores da Vale e empresas do grupo no Brasil	✓ Meta alcançada	Garantir a taxa de 2,4% de horas treinadas por horas trabalhadas por empregado
EC6 – Objetivo: Aumentar o percentual de compras locais				
Centro de Serviços Compartilhados – CSC	% de compras realizadas no estado onde a operação está inserida	Atingir 39% de compras locais no Maranhão e no Pará, em termos de valores monetários.	✓ Os estados do Pará e Maranhão superaram a meta	Atingir 59,1% de compras locais, em termos de valores monetários para os estados do Pará, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais

Fonte: Vale S.A 2012

As metas que não foram alcançadas em 2010, obtiveram seus percentuais reduzidos para as metas em 2011, no alcance dos resultados. Até o momento do presente trabalho, não foram divulgados os resultados das metas de 2011.

2.4 A contribuição das diversas áreas do conhecimento na elaboração e gestão do controle orçamentário

É necessário que as empresas tenham um sistema de gestão capaz de desenvolver estratégias que as mantenham em situação privilegiada no mercado. Um dos instrumentos de grande relevância para tornar efetiva suas decisões e mantê-las sobreviventes, é o orçamento, uma peça de grande importância do planejamento estratégico de curto e longo prazo.

A preparação e controle do orçamento integram diversas áreas do conhecimento, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 3: Contribuição das diversas áreas do conhecimento na elaboração do orçamento

(CONTINUA)

ÁREA DO CONHECIMENTO	CONTRIBUIÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA GERAL	a) Estabelecimento de metas; b) Definição das orientações básicas a serem observadas na elaboração orçamentária; c) Definição das responsabilidades na direção e acompanhamento da execução orçamentária; d) Análise final e aprovação dos orçamentos elaborados;
ADMINISTRAÇÃO GERENTE DAS DIVERSAS ÁREAS	a) Elaboração dos orçamentos das áreas sob sua responsabilidade; b) Execução e acompanhamento dos orçamentos aprovados para sua área; c) Assistir á coordenação do sistema orçamentário na análise do orçamento sob sua responsabilidade.
CONTROLADORIA	a) Assessora o comitê de orçamento com dados da contabilidade e analisa alternativas para as estratégias solicitadas; b) Responsável pelo acompanhamento das atividades das outras áreas no desenvolvimento do orçamento; c) Esclarece dúvidas e faz projeções mediante solicitações; d) Executa procedimentos, formulários, matriz de responsabilidades e cronograma.

(CONTINUA)

ÁREA DO CONHECIMENTO	CONTRIBUIÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL
GESTÃO FINANCEIRA	a) Planeja as disponibilidades através do orçamento de caixa; b) Através do planejamento financeiro a longo prazo busca conhecer antecipadamente o impacto da implementação de ações projetadas sobre a situação financeira da empresa indicando ao gestor se haverá excesso ou insuficiência de recursos; c) Estima detalhadamente as entradas e saídas de dinheiro geradas pela própria atividade da empresa, através do planejamento financeiro de curto prazo; d) Através do planejamento operacional obtém o controle preciso das disponibilidades, a fim de minimizar os encargos financeiros dos empréstimos e maximizar os rendimentos das aplicações dos excessos.
CONTABILIDADE	a) Avalia qual o nível histórico de vendas para a previsão de vendas; b) Para o volume de negócios determina o nível de compras necessário; c) Apura o custo dos produtos e mercadorias vendidas; d) Apresenta os valores históricos, relacionando o nível de operações com os desembolsos relativos a custos e despesas operacionais; e) Estima índices de inflação e os aplica sobre os valores incorridos no exercício anterior; f) Projeta o fluxo de caixa, visando identificar necessidades de financiamentos, empréstimos de capital de giro e investimentos fixos; g) Elabora relatórios de controle.
MATEMÁTICA	a) Define o percentual de vendas mês a mês, para cada produto; b) Define as metas quantitativas por áreas; c) Aplicada na minimização de custos ou maximização de lucro; d) Aplicada para fazer a comparação entre os valores calculados e projetados; e) Utilizada no critério de ponderação para realizar projeção; f) Utilizada para análise do ciclo de vida do produto;

ÁREA DO CONHECIMENTO	CONTRIBUIÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL
ESTATÍSTICA	a) São utilizados métodos quantitativos como pesquisa de mercado, através de questionários ou entrevistas, e estas informações são interpretadas para indicar os fatores mais relevantes que influenciam na preferência do consumidor. b) A projeção com o uso de taxa possibilita projetar, utilizando-se a taxa de crescimento observada no passado, considerando a hipótese de que no futuro continuara a ocorrer o que ocorreu no passado em termos de crescimento. c) As técnicas estatísticas de regressão e correlação, através de amostragem permitem saber se, e como duas ou mais variáveis estatísticas de uma mesma população ou não, estão relacionadas umas com as outras, considerando que um fenômeno pode influir na variação de outro. d) O modelo de entrada e saída demonstra qual o fluxo de entrada deverá ocorrer para se obter determinado fluxo de saída, entre departamentos de uma empresa ou entre a empresa e seu mercado. e) Os métodos qualitativos são utilizados quando existem poucos dados disponíveis, ou seja, quando os dados são escassos, e/ou quando faltam dados históricos;
DIREITO TRIBUTÁRIO	a) O planejamento tributário é indispensável, pois a legislação tributária brasileira é muito complexa, com inúmeras leis e constantes alterações; b) A escolha do regime tributário e seu enquadramento é que irão definir a incidência e a base de cálculo dos impostos federais, cada regime tributário possui uma legislação própria que define todos os procedimentos a serem seguidos pela empresa a fim de definir um enquadramento mais adequado; c) Um bom planejamento tributário permite a minimização dos impostos alcançando assim melhores resultados econômicos dentro do resultado da empresa.

Fonte: Kotler, 2010

2.5 Declarações e demonstrações contábeis obrigatórias

Fundada em junho de 1942, a Vale é uma sociedade de capital aberto e negocia suas ações em bolsa de valores. Foi registrada na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em outubro de 1943 e na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em abril de 1968. Em fevereiro de 2000, ingressou na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), em junho do mesmo ano, na New York Stock Exchange (NYSE), em julho de 2008 na NYSE Euronext paris e em dezembro de 2010 Hong Kong Exchange (HKEx).

A Vale, por obrigatoriedade, deve obedecer a normatização da Lei n.º 6.404/76, com alterações da Lei n.º 11.638/07. Em termos gerais, esta Lei obriga a sociedade, ao fim de cada exercício social, com base na escrituração mercantil, elaborar as seguintes demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis internacionais:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Demonstração do valor adicionado.

As referidas demonstrações deverão ser complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos, ou demonstrações contábeis que os usuários das informações julgarem necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício.

Essas demonstrações serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, a fim de se ter uma base de comparação entre outros períodos. (GRECO, 2010, pag. 76)

A escrituração contábil e a emissão de relatórios, análises e outros demonstrativos contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas de Contador legalmente habilitado, que, junto com os representantes legais da entidade, deverá assinar as demonstrações financeiras obrigatórias, com a indicação do seu número de registro no Conselho Regional de Contabilidade. A Declaração de Habilitação Profissional deverá ser anexada nas demonstrações contábeis comprovando a regularidade do contador. (BARROS, 2007, pag.98).

2.5.1 *Balanco Patrimonial - BP*

Balanco Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a posição patrimonial e financeira da entidade, em uma data determinada.

Neste demonstrativo as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que e serão agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. (BARROS, 2007, pag.103).

O Balanco Patrimonial é constituído pelo:

- **Ativo** compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros.
- **Passivo** compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.
- **Patrimônio Líquido** compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. (GRECO, 2010, pag. 79)

2.5.1.1 Procedimentos para elaboração do balanço

Ao término do exercício é feito o levantamento do balancete de verificação, com o objetivo de conhecer os saldos das contas do razão e conferir sua exatidão. Neste balancete são relacionadas todas as contas utilizadas pela empresa, sejam elas patrimoniais ou de resultado, demonstrando seus débitos, créditos e referidos saldos.

Nem sempre é possível acompanhar os registros contábeis no mesmo ritmo em que se desenvolve a dinâmica patrimonial, por isso quase nunca os valores representados nas demonstrações são os reais valores do patrimônio.

Desta forma, muitos dos componentes patrimoniais aumentam ou diminuem de valor, sem que a contabilidade registre tais variações, bem como muitas das receitas e despesas, recebidas ou pagas durante o exercício, não correspondem realmente aos ingressos e ao custo do período. (RIBEIRO, 2009, pag. 110)

Por isso a necessidade de ajustar as contas patrimoniais e de resultado, na data do levantamento do balanço, para que elas representem, em realidade, os componentes do patrimônio nessa data, bem como suas variações no exercício. (GRECO, 2010, pag. 76)

A conciliação vem com a função de comparar o saldo de uma conta com uma informação externa à contabilidade, de maneira que se possa ter certeza quanto à exatidão do saldo em análise.

Os livros fiscais, extratos bancários, posições de financiamentos e carteiras de cobranças, folhas de pagamento, controles de caixas, são algumas das fontes de verificação dos registros contábeis mais usados. (RIBEIRO, 2009, pag. 115).

Para apuração do resultado do exercício, fazem-se os lançamentos de encerramento, debitando-se as contas de receitas e creditando-se uma conta transitória, chamada de “apuração do resultado do exercício”.

O inverso é efetuado nas contas de despesas e custos, debitando-se a conta “Apuração do Resultado do Exercício” e creditando-se as contas de custos ou despesas.

O saldo da conta “Apuração do Resultado do Exercício” será então transferida para a conta de “Resultados a Destinar”, sendo esta distribuída para outras contas patrimoniais, conforme proposta da administração. (IUDÍCIBUS; MARION, 2009, pag. 56)

Após os ajustes pertinentes e lançamentos de encerramento das contas de resultado, as contas remanescentes são apenas as contas patrimoniais, que devem ser separadas e classificadas em grupos para elaboração do balanço patrimonial, sendo que o saldo do ativo deve ser igual ao do passivo. (GRECO, 2010, pag. 84).

2.5.2 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA

A DLPA poderá ser inserida na DMPL, pois esta inclui além movimentação da conta lucros e prejuízos acumulados, inclui também a movimentação de todas as demais contas do Patrimônio Líquido, conforme o § 2º do artigo 186 da Lei 6.404/76.

A DLPA evidencia as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados, no Patrimônio Líquido.

De acordo com BARROS, a companhia tem a opção de incluir a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

"A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia". (BARROS, 2007, pag. 112).

2.5.2.1 Composição

A DLPA é obrigatória para as sociedades limitadas e outros tipos de empresas, esta demonstração deverá discriminar:

1. O saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores;
2. As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício e;
3. As transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

Como ajustes de exercícios serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil a ser usado, ou da retificação de algum erro incorrido, para que não aconteçam fatos igualmente subsequentes. (IUDÍCIBUS; MARION, 2009, pag. 61)

As reversões de reservas correspondem às alterações ocorridas nas contas que registram as reservas, mediante a reversão de valores para a conta Lucros Acumulados, em virtude daqueles valores não serem mais utilizados. (GRECO, 2010, pag. 88)

2.5.2.2 Lucro ou Prejuízo do Exercício

O termo Lucros e Prejuízos do exercício é usado para dar nome ao resultado líquido do ano apurado na DRE, cujo saldo, ao final do exercício, é transferido para a conta de Lucros Acumulados.

A constituição das reservas patrimoniais, tais como: reservas legal, reservas estatutária, reservas de lucros a realizar, reservas para contingências, entre outras, são apropriadas a partir das transferências do lucro apurado em cada exercício. (IUDÍCIBUS; MARION, 2009, pag. 56)

2.5.3 *Demonstração do Resultado do Exercício – DRE*

O principal objetivo da DRE é apresentar, de forma vertical e resumida, o resultado apurado em relação ao conjunto de operações econômicas realizadas num determinado período, que geralmente é de doze meses, salvo casos especiais. (RIBEIRO, 2009, pag. 123)

De acordo com a Lei 6.404/76, as empresas deverão na DRE discriminar:

- A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

- A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;
- O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;
- As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;
- O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social. (IUDÍCIBUS; MARION, 2009, pag. 65)

Na apuração do resultado do exercício serão encontrados, em conformidade ao princípio da competência:

- As receitas e os rendimentos ganhos no período, independente de sua realização em moeda e
- Os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos. (GRECO, 2010, pag. 90)

2.5.4 Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) passou a ser um relatório obrigatório pela contabilidade para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Esta demonstração indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa em determinado período e ainda, o Resultado do Fluxo Financeiro. Assim como, indicam quais foram às saídas e entradas, de dinheiro no caixa durante o período, e o resultado desse fluxo. (BARROS, 2007, pag. 125)

2.5.5 Demonstração do Valor Adicional - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é a demonstração contábil que deixa evidente os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua referida distribuição. Por se tratar de um demonstrativo contábil, obviamente suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas Normas Contábeis que estão vigorando e tendo como base o princípio da Competência.

Considerada uma ferramenta gerencial, a DVA é utilizada como índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência da empresa na utilização dos fatores de produção, comparando o valor das saídas com o valor das entradas e, também, como índice de avaliação do desempenho social à medida que demonstra, na distribuição da riqueza gerada, a participação dos empregados, do Governo, entre outros. E, ainda, demonstra a efetiva contribuição da empresa, dentro de uma visão global de desempenho, para a geração de riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção. (RIBEIRO, 2009, pag. 127)

A DVA, que também pode integrar o Balanço Social, constitui desse modo, uma importante fonte de informações à medida que apresenta esse conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza. (IUDÍCIBUS; MARION, 2009, pag. 66)

2.6 Obrigações das Entidades Perante o Fisco Federal

Todas as sociedades (empresárias, simples e entidades) independentes do seu objeto social e/ou porte econômico estão sujeitas às regras deste grupo, com as exceções previstas em cada item. (IBRACON, 2011)

2.6.1 Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica é uma obrigação tributária principal devida pelas empresas tributadas pelo Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, nos termos estabelecidos pelo regulamento do Imposto de Renda.

Em linhas gerais será determinado pelo lucro contábil ajustado pelo LALUR, se a empresa for optante pelo Lucro Real, ou apurado com base em percentual da receita bruta mensal, caso a empresa seja tributada pelo Lucro Presumido ou Arbitrado.

As optantes pelo regime de Estimativa contribuirão mensalmente com um montante estimado de acordo com a atividade da empresa, calculadas sobre o resultado acumulado ou sobre o faturamento mensal da empresa, devendo no final do exercício fazer o ajuste da declaração perante a Receita Federal, podendo suspender ou reduzir o pagamento do imposto, desde que devidamente comprovado por meio de balanços/balancetes acumulados. (IBRACON, 2011)

2.6.1.1 Lucro Real, Lucro Presumido ou Lucro Arbitrado

A Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ - é uma obrigação tributária acessória, exigida anualmente de todas as pessoas jurídicas e equiparadas, estabelecidos no regulamento do Imposto de Renda. (IBRACON, 2011)

2.6.1.2 Simples Nacional

O Simples Nacional é a unificação do IRPJ, do PIS/PASEP, da CSLL, da COFINS, do IPI, do ICMS e do ISSQN. O cálculo é feito segundo a aplicação de determinadas alíquotas progressivas conforme a receita bruta acumulada da pessoa jurídica dos últimos doze meses. As tabelas contendo as alíquotas aplicáveis estão arroladas na Lei Complementar nº 123/2006 e na Resolução CGSN nº 05/2007.

2.6.2 Declaração de Imposto Retido na Fonte – DIRF

A Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF – é uma obrigação tributária acessória devida por todas as pessoas jurídicas e equiparada, independentemente da forma de tributação perante o imposto de renda, que visa informar à Receita Federal as retenções de Imposto de Renda, PIS, COFINS e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, feitas sobre pagamentos efetuados a terceiros e sobre pagamentos decorrentes do trabalho assalariado.

É um documento anual que contém a identificação por espécie de retenção e identificação do beneficiário, nos termos estabelecidos pelo regulamento do Imposto de Renda. (IBRACON, 2011)

2.6.3 Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais – DACTON

Trata-se de uma obrigação acessória que deve ser apresentada mensalmente pelas pessoas jurídicas tributadas pelos regimes do Lucro Real e Lucro Presumido, bem como pelas entidades imunes e isentas quando estas possuírem folha de salários e receitas diversas de sua atividade própria. Visa informar a apuração das contribuições do PIS e da COFINS. (IBRACON, 2011)

2.6.4 Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF

A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF – é uma obrigação tributária acessória mensal devida por todas as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda nos termos estabelecidos pelo Lucro Real e Lucro Presumido, bem como pelas entidades imunes e isentas quando estas possuírem folha de salários e receitas diversas de sua atividade própria. Visa informar os débitos e os créditos tributários federais. (IBRACON, 2011)

2.6.5 Carnê Leão

Imposto mensal obrigatório devido pela pessoa física que receberem de outra pessoa física, ou de fontes situadas no exterior, rendimentos que não tenham sido tributados na fonte, no País. (IBRACON, 2011)

2.7 Observância da Ética Profissional

Ética, também conhecida como filosofia moral, é um ramo da filosofia que envolve a sistematização, defendendo, e recomendando conceitos de comportamento certo e errado.

É um termo comum para se referir a ou definir, por exemplo, código de conduta, comportamentos ilustres, virtudes, apenas ações, etc. Ética pode ser tanto externamente imposta (pela sociedade, organizações profissionais, escolas, aplicação da lei, etc.) ou

delimitada pelo convívio com a família. Este ponto de vista da ética tem pouco a ver com a ética como um ramo da consideração filosófica.

A ideia central pode ser baseada em algum raciocínio ou exigir profunda análise de por que algo deve ser considerado certo ou errado. Ou, ele pode não ter nada a ver com qualquer pensamento profundo. Acima de tudo, é um esforço inútil e apenas uma conjectura humana e praticidade, já que não há tal coisa como direito absoluto ou errado. Ética tem uma raiz em filósofos gregos (a palavra ética é grega) no mundo ocidental. (NASH, 2005).

Profissionais e aqueles que trabalham em profissões reconhecidas exercer conhecimento especializado e habilidade. Como o uso desse conhecimento deve ser regido na prestação de um serviço ao público pode ser considerada uma questão moral e é chamado de ética profissional.

Os profissionais são capazes de fazer julgamentos, aplicando as suas competências e tomar decisões informadas em situações que o público em geral não pode, porque eles não receberam a formação adequada. Um dos primeiros exemplos de ética profissional é, provavelmente, o a que médico continua a aderir a este dia.

A ética profissional é um conjunto de padrões adotados por uma comunidade profissional. Ética profissional é regulada por normas, que são muitas vezes referidos como códigos de ética.

O código de ética é muito importante porque nos dá limites que temos que ficar dentro de nossas carreiras profissionais. O único problema com o código de ética é que nem sempre podemos ter as respostas em branco e preto. Às vezes, há zonas cinzentas onde as respostas não são tão simples. A ética profissional também é conhecida como práticas empresariais éticas. São adotados pelas organizações para ajudar os membros a compreender a diferença entre 'direita' e 'errado' e aplicando essa compreensão para suas decisões. Um código de ética geralmente implica documentos em três níveis: códigos de negócios éticos, códigos de conduta para os funcionários e códigos de prática profissional. (NASH, 2005)

A Vale possui o seu próprio código de conduta ética. O conhecimento a este manual é disponível para a sociedade através do site da companhia, além de que, todos os seus funcionários têm ciência e respeitam esta normatização.

De acordo com o código, são princípios fundamentais da Vale:

- Observar práticas de boa governança, bons princípios e práticas contábeis e de gestão; comunicação clara, objetiva e tempestiva para seus acionistas, investidores e junto ao mercado de capitais.

- Alcançar os seus objetivos empresariais com responsabilidade social corporativa e valorizar seus empregados, preservando o meio ambiente e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades em que atua.

E, são princípios fundamentais dos membros da administração:

- Agir com responsabilidade, honestidade, confiança, respeito e lealdade.
- Observar as obrigações legais aplicáveis nos países onde a Vale atua direta ou indiretamente, através das suas subsidiárias e sociedades controladas, nos mercados onde seus valores mobiliários são negociados em bolsas de valores ou distribuídos ao público investidor geral.

2.7.1 Regras de conduta ética da Vale

São condutas desejadas:

1. Desempenhar as suas atividades em consonância com este Código de Conduta Ética e seguir as políticas e normas da Vale, estimulando e orientando os seus colegas nesse sentido.
2. Manter uma atitude profissional positiva, digna, leal, honesta, de respeito mútuo, confiança e colaboração com os demais colegas de trabalho.
3. Agir com imparcialidade, objetividade, honestidade, respeito, transparência, lealdade e cortesia na relação com administradores, empregados, acionistas e investidores.
4. Preservar o patrimônio da Vale, incluindo sua imagem e reputação, instalações, equipamentos e materiais, utilizando-os apenas para os fins a que se destinam.
5. Defender os interesses da Vale, nos assuntos em que estiver participando, conforme critérios pré-estabelecidos.
6. Ser diligente, responsável e atencioso na relação com autoridades, clientes, competidores, fornecedores, membros das comunidades e todos os demais indivíduos, empresas e organizações com que a Vale se relaciona no exercício das suas atividades regulares, buscando sempre preservar a boa reputação e a imagem da empresa.
7. Evitar situações em que possa ocorrer conflito de interesses próprios com os interesses da Vale e, quando não for possível, abster-se de representar a empresa no assunto em questão, comunicando o fato imediatamente ao superior imediato.

8. Assegurar que as comunicações e informações aos acionistas e ao mercado de capitais sejam feitas exclusivamente por empregados autorizados e que estejam em conformidade com as políticas, os controles e os procedimentos da Vale e com a legislação aplicável.
9. Não estabelecer relações comerciais com empresas que, reconhecidamente, não observem padrões éticos compatíveis com os da Vale.
10. Preservar o sigilo sobre as informações confidenciais e estratégicas da Vale a que tiver acesso, inclusive se deixar de ter vínculo com a empresa, bem como agir com a devida cautela no que tange às informações privilegiadas.
11. Comprometer-se com a preservação do meio ambiente e a obediência à legislação ambiental, agir com responsabilidade social e respeito à dignidade humana.

São condutas intoleráveis e sujeitas a penas disciplinares:

1. Uso do cargo visando a obter facilidades ou qualquer outra forma de favorecimento pessoal ilegítimo ou para terceiros de suas relações.
2. Discriminação em função de etnia, origem, sexo, orientação sexual, crença religiosa, condição de sindicalização, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de necessidades especiais, estado civil ou idade.
3. Assédio de qualquer natureza, inclusive moral ou sexual, provocando o constrangimento alheio.
4. Permitir ou fazer propaganda política, religiosa ou comercial nas dependências da empresa.
5. Tratamento preferencial ou privilegiado a qualquer cliente ou fornecedor em desacordo com as políticas da Vale que tenham sido aprovadas pela Diretoria Executiva.
6. Aceitar presentes, exceto quando forem brindes claramente identificados e sem valor comercial significativo.
7. Oferta de pagamento ou qualquer outro benefício pessoal a uma autoridade ou servidor da administração pública, direta ou indiretamente, seja esta federal, estadual ou municipal, em troca de vantagens, excetuando-se o envio de convites para visitas às instalações da Vale e comunidades vizinhas, eventos, congressos, seminários ou eventos patrocinados pela empresa ou que a Vale venha a participar de forma direta ou indireta, bem como a oferta de brindes claramente identificados e presentes sem valor comercial significativo.

8. Contato com empresa competidora da Vale em violação à Legislação Concorrencial Aplicável.
9. Distorcer os números ou a caracterização contábil de itens que venham a refletir nos relatórios gerenciais ou nas demonstrações financeiras da Vale.

3 CONCLUSÃO

Excelência de desempenho na Vale está relacionado com a forma de conduzir seus negócios, isso significa a busca da melhoria contínua e o controle dos resultados por práticas contábeis e procedimentos de controles internos reconhecidos como referência de mercado. Isso contribui para promover um ambiente de alta performance, assegurando a obtenção e a manutenção de vantagens competitivas duradouras e referência de investimentos.

Para comprovar este desempenho foram necessárias análises da auditoria interna e externa, conhecimentos teóricos adquiridos, procedimentos de alocação de custos e por meio do desempenho operacional e financeiro publicado em demonstrações financeiras.

Feito isso, conclui-se que é facilmente perceptível obter a posição da sua situação econômico-financeira da sociedade, representada através de parecer de auditores independentes. As diversas áreas do conhecimento agregam valores teóricos e são imprescindíveis para o desempenho das atividades, contribuindo para a obtenção dos resultados planejados.

REFERÊNCIAS

BARROS, Sidney Ferro. **Contabilidade Básica**. 3º ed. São Paulo: IOB, 2007.

BRAGA, Luiza Helena. Auditora Fiscal da Receita Estadual. Entrevista concedida em 25 abr. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **CFC**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/>> Acesso em: 20 abr. 2012.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS. **CRCMG**. Disponível em: <<http://www.crcmg.org.br/>> Acesso em: 20 abr. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade**. 3º ed. Brasília: 2010.

FERREIRA, Ricardo J. **Auditoria**. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Ferreira. 2004

GRECO, Alívio. **Contabilidade Teoria e Práticas Básicas**. São Paulo: Saraiva, 2010.

IBRACON. **Princípios Contábeis**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JUND, Sérgio. **Auditoria: Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos**. 4ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Impetus. 2002

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 10ª edição. São Paulo. Editora Atlas. 2008.

NASH, Laura. **Ética nas empresas: Guia Prática para soluções de problemas éticos**. São Paulo: Makron Books, 2005.

PORTAL DE AUDITORIA. **Princípios contábeis aplicados a custos.** Disponível em: <<http://www.portaldeauditoria.com>> Acesso em: 02 mai. 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização:** normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 02 mai. 2012.

REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal.** 33ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris. 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil.** São Paulo: Saraiva, 2009.

VALE. **Conheça a Vale.** Disponível em: <<http://www.vale.com>> Acesso em: 10 mai. 2012.

VALE. **Investidores.** Disponível em: <<http://www.vale.com>> Acesso em: 30 abr. 2012.

ANEXO A**Termo de Recebimento do Código de Conduta Ética da Vale: compromisso assumido com os funcionários**

Termo de Recebimento e Compromisso com o Código de Conduta Ética da Vale

Declaro que recebi o CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DA VALE e estou ciente de seu conteúdo e da sua importância para o exercício de todas as atividades da empresa.

A assinatura do presente Termo de Compromisso, anexo ao Código de Conduta Ética da Vale, é manifestação de minha livre concordância e do meu compromisso em cumpri-lo integralmente.

_____, ____ / _____ de ____.

NOME: _____

MATRÍCULA: _____